## Município de Ilha Comprida Estância Balneária



LEI N.º 2373. DE 01 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE COBRANÇA DE CONTRAPARTIDA FINANCEIRA PARA MARCAS INSERCÃO DE NOMES. E INFORMAÇÕES DE EMPRESAS PRIVADAS EM PLATAFORMAS, MATERIAIS RELACIONADOS AO EQUIPAMENTOS PROGRAMA DESTINOS INTELIGENTES DO MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARISTELA OSÓRIO DE MARQUES CARDONA, Prefeita Municipal da Estância de Ilha Comprida, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, FAZ SABER, que a Câmara Municipal em sua 30ª Sessão Ordinária, realizada em 30 de setembro de 2.025, aprovou por sete votos favoráveis, o Projeto de Lei nº 132/2025, e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

- Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a cobrança de contrapartida financeira para a Artigo 1° inserção de nomes, marcas e informações de empresas privadas em plataformas digitais, impressas ou físicas vinculadas ao programa de Destinos Inteligentes do Município de Ilha Comprida.
- A cobranca referida no artigo anterior terá natureza de preço público, no importe de 10 Artigo 2° (dez) UFIC's (Unidade Fiscal de Ilha Comprida), por anúncio, pelo período de 12 (doze) meses.
- Somente poderá participar do programa as empresas que estiverem em situação regular Artigo 3° junto ao Município, quanto às obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas e cadastrais
- A adesão será facultativa às empresas interessadas, mediante requerimento junto à Artigo 4° Secretaria Municipal de Desenvolvimento Local/Turismo e assinatura de termo específico de autorização de uso.
- Os recursos arrecadados serão destinados exclusivamente, com a finalidade de Artigo 5° manutenção e ampliação das ações de promoção turística, inovação e tecnologias aplicadas aos Destinos Inteligentes.
- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Artigo 6°

GABINETE DA SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA, 01 DE **OUTUBRO DE 2025.** 

Prefeita Municipal